



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

Aos 31 dias do mês de maio de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

10:00

Audição do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, a requerimento do BE, «na sequência dos problemas apontados pelo Sindicato Nacional dos Farmacêuticos»;

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 47, da reunião de 24 de maio;
2. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das seguintes

Petições:

- Petição n.º 147/XV/1ª- «Criação de um SUB - Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande»
(1.223 assinaturas)
Deputado Relator: GP PS
- Petição n.º 150/XV/1.ª- «Nenhuma mulher portuguesa com cancro do ovário deixada para trás»
(12.393 assinaturas)
Deputado Relator: GP IL

3. Apresentação e votação do relatório das seguintes petições:

- Petição n.º 44/XV/1.ª- «Pela nova ala de Cardiologia Pediátrica do Hospital de Santa Cruz»
Deputado Relator: Hugo Patrício Oliveira (PSD);
- Petição n.º 118/XV/1.ª- «Construção de um novo Hospital central do Oeste nas Caldas da Rainha» e 128/XV/1.ª- «Um Hospital para Todo o Oeste»
Deputado Relator: Hugo Patrício Oliveira (PSD);



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

4. Discussão e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 741/XV/1.ª (BE) - «Regime de comparticipação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1»
Deputada Autora do Parecer: Susana Correia (PS);
5. Discussão e votação do Requerimento do CH, para audição, em conjunto com a 11.ª Comissão, do Inspetor Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, «no âmbito das inspeções e contraordenações ambientais aplicadas às clínicas veterinárias e clínicas dentárias e potenciais impactos na saúde pública»;
6. Discussão e votação do Requerimento do BE, para audição urgente do Ministro da Saúde «sobre a falta de meios no SNS e no INEM, no Algarve e em várias regiões do país»;
7. Discussão e votação do Requerimento do PCP para audição urgente do Diretor Executivo do SNS e do Ministro da Saúde sobre o encerramento de blocos de parto na Região de Lisboa e Vale do Tejo;
8. Outros Assuntos;

Audição do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, a requerimento do BE, «na sequência dos problemas apontados pelo Sindicato Nacional dos Farmacêuticos»

O Presidente deu as boas-vindas ao Dr. Henrique Reguengo, Dra. Maria Luís Queirós, Dra. Mariana Arêde, Dr. Rúben Cunha e Dr. Armando Alcobia, membros do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e, de seguida, explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo BE, posto o que deu a palavra à Deputada Catarina Martins (BE) para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta Dr. Henrique Reguengo.

Na primeira ronda de perguntas entrevistaram o Deputado Paulo Marques (PS), a Deputada Fernanda Velez (PSD), o Deputado Pedro Santos Frazão (CH) e o Deputado João Dias (PCP), tendo o Dr. Armando Alcobia e o Dr. Henrique Reguengo respondido ao conjunto das questões formuladas.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputado Paulo Marques (PS), Deputada Fernanda Velez (PSD), o Deputado Pedro Santos Frazão (CH), o Deputado João Dias (PCP) e a Deputada Catarina Martins (BE).

O Dr. Henrique Reguengo e o Dr. Armando Alcobia responderam, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que o Presidente em exercício deu por encerrada a audição.

1. Apreciação e votação da ata n.º 47, da reunião de 24 de maio

A ata n.º 47, de 24 de maio, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

2. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das seguintes Petições:

- Petição n.º 147/XV/1ª- «Criação de um SUB - Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande»
(1.223 assinaturas)
Deputado Relator: GP PS

O GP do PS indicou o Deputado Jorge Gabriel Martins como Deputado Relator.

- Petição n.º 150/XV/1.ª- «Nenhuma mulher portuguesa com cancro do ovário deixada para trás»
(12.393 assinaturas)
Deputado Relator: GP IL

O GP da IL indicou a Deputada Joana Cordeiro como Deputada Relatora.

3. Apresentação e votação do relatório das seguintes petições:

- Petição n.º 44/XV/1.ª- «Pela nova ala de Cardiologia Pediátrica do Hospital de Santa Cruz»
Deputado Relator: Hugo Patrício Oliveira (PSD)

O Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD) apresentou o [Relatório](#) da petição, tendo aludido à falta de resposta, por do Ministério da Saúde, do pedido de informação. O Deputado Paulo Marques (PS) associou-se à crítica feita pelo Deputado Hugo Patrício Oliveira em relação à ausência de resposta ao pedido de informação do Ministério da



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

Saúde. De seguida, referiu que, após a audição de petionários, o GPPS fez várias diligências, nomeadamente, reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospital de Lisboa Ocidental, com a CCCR e com vereadora da Câmara Municipal de Oeiras e deu nota das informações recolhidas nas aludidas reuniões.

O relatório, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL

- Petição n.º 118/XV/1.ª- «Construção de um novo Hospital central do Oeste nas Caldas da Rainha» e 128/XV/1.ª- «Um Hospital para Todo o Oeste»

Deputado Relator: Hugo Patrício Oliveira (PSD)

O Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD) apresentou o [Relatório](#) das petições, tendo manifestado a sua opinião quanto às petições. A Deputada Sara Velez (PS), não concordando com alguns considerandos manifestados no relatório, referiu que acompanha a principal conclusão.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

4. Discussão e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 741/XV/1.ª (BE) - «Regime de comparticipação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1»

Deputada Autora do Parecer: Susana Correia (PS)

A Deputada Susana Correia (PS) apresentou o [Parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 741/XV/1.ª (BE) - «Regime de comparticipação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1», o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

Antes de passar aos pontos seguintes, o Presidente deu nota que as audições a que não se aponha o carácter urgente estão a demorar muito tempo a ser agendadas, face à prioridade de agendamento das audições urgentes, dando o exemplo da audição que teve lugar na reunião do dia de hoje que foi requerida em outubro do ano passado. Face

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

ao exposto, apelou aos Deputados a ponderação na atribuição do carácter urgente aos requerimentos de audições.

5. Discussão e votação do Requerimento do CH, em conjunto com a 11.ª Comissão, do Inspector Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, «no âmbito das inspeções e contraordenações ambientais aplicadas às clínicas veterinárias e clínicas dentárias e potenciais impactos na saúde pública»

O Deputado Pedro dos Santos Frazão (CH) apresentou o requerimento do CH, dando nota que os médicos dentistas e os médicos veterinários têm atravessado muitas dificuldades face aos processos contraordenacionais a que têm estado sujeitos na sequência de nova legislação radiológica. Referiu que foram levadas a cabo muitas ações inspetivas que deram origem a muitas coimas exageradas que podem representar a falência de muitos daqueles profissionais. Por fim, referiu que estas preocupações já foram tornadas públicas pelas classes profissionais em causa.

O Deputado Rui Cristina (PSD) deu nota que votará a favor porque considera que existe, de facto, um excesso de burocracia na nova legislação radiológica.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por maioria, como os votos a favor do PS, PSD, CH e BE e com a abstenção do PCP, registando-se a ausência da IL.

O Presidente informou que este requerimento foi aprovado na 11.ª Comissão e que será aquela Comissão a agendar a audição conjunta.

6. Discussão e votação do Requerimento do BE, para audição urgente do Ministro da Saúde «sobre a falta de meios no SNS e no INEM, no Algarve e em várias regiões do país»

A Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento do BE, começando por se referir à situação trágica que ocorreu em Portimão, referindo, porém que não cabe à comissão de Saúde aferir as suas causas. Deu nota que o requerimento se prende com o facto de o Ministro da Saúde ter dito que todos os meios foram acionados. Tal afirmação, referiu a Deputada, preocupa muito o BE. Assim, é necessário saber que meios de emergência e de pediatria existem naquela região do país, pois é conhecida a falta de meios no Algarve e Alto Alentejo.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro Frazão (CH) referiu que acompanha o requerimento do BE, lembrando o requerimento do CH na reunião passada, elencando alguns casos que se têm passado no Algarve.

O Deputado Rui Cristina (PSD) deu nota que o PSD votará a favor desta audição. Lembrou que o Grupo Parlamentar do PS já endereçou uma pergunta ao Governo sobre este assunto. Por fim, sublinhou que a situação da saúde no Algarve é muito grave e que este caso trágico é demonstrativo do estado a que a aquela região chegou.

O Deputado Paulo Marques (PS) começou por referir que todas as regiões do país são importantes, recordando que o PS apresentou, na última reunião, na sequência do requerimento do CH, um requerimento oral solicitando a várias entidades informações e esclarecimentos sobre vários acontecimentos a que se acrescentou a situação do falecimento do bebé. Sublinhou que é perigoso fazer juízos antes de se ter toda a informação, razão pela qual se solicitou a informação a diversas entidades e que, face ao exposto, o requerimento do BE acabava por estar desatualizado.

A Deputada Catarina Martins (BE) perguntou se o Ministro da Saúde estava incluído no requerimento oral do PS. O Presidente deu nota que o aludido requerimento incluía a ERS, IGAS e INEM, tendo a Deputada Catarina Martins (BE) referindo que o requerimento do BE mantinha atualidade.

O Deputado João Dias (PCP) deu nota que o requerimento do PCP que será discutido no próximo ponto da OD tem subjacentes as mesmas preocupações. Referiu que as dificuldades que as populações passam, no acesso à saúde, são muitas e visíveis, não só nas notícias. Por fim, referiu que o GP do PCP acompanhará este requerimento.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos favoráveis do PSD, CH, PCP e BE, registando-se a ausência da IL.

7. Discussão e votação do Requerimento do PCP para audição urgente do Diretor Executivo do SNS e do Ministro da Saúde sobre o encerramento de blocos de parto na Região de Lisboa e Vale do Tejo

O Deputado João Dias (PCP) apresentou o requerimento do PCP, referindo que é necessário conhecer as razões técnicas que fundamentam as decisões políticas que levaram ao despacho da reorganização dos serviços de urgência de obstetrícia, dando nota que não se compreendem os fundamentos que levaram, nomeadamente, à



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

manutenção da decisão dos encerramentos rotativos daquelas urgências, bem como à opção de recorrer aos grupos privados para suprir as necessidades. O Deputado Luís Soares (PS) começou por referir que o requerimento é pertinente, lembrando que a criação da direção executiva visa, precisamente, a sustentação técnica da decisão política. Fez referência ao programa «Nascer em Segurança no SNS» implantado, há 6 meses, referindo que faz sentido a avaliação da medida, mas considerou prematura a audição do Ministro da Saúde. O Deputado Luís Soares (PS) solicitou, assim, a votação por entidade.

Manifestou que o PS votará a favor da audição do Diretor Executivo do SNS, mas não em relação à audição Ministro da Saúde que virá à Comissão de Saúde em junho para a audição regimental.

A Deputada Catarina Martins (BE) começou por referir que o BE acompanha o requerimento do PCP, mas deu nota que é difícil para os Deputados preparar a audição porque não é claro o nível de responsabilidades do Diretor Executivo do SNS, porquanto ainda não existirem estatutos. Referiu, ainda, que o fato de estar agendada para junho uma audição com o Ministro da Saúde, nada impediria que fosse aditada uma ronda sobre os assuntos que a Comissão considerasse pertinentes.

O Deputado Pedro Frazão (CH)

O Deputado Rui Cristina (PSD) sugeriu que fosse aditada uma ronda adicional à audição regimental sobre este tema.

Colocado à votação, o requerimento para audição urgente do Ministro da Saúde foi rejeitado, com o voto contra do PS e os votos favoráveis do PSD, CH, PCP e BE, registando-se a ausência da IL.

Colocado à votação, o requerimento para audição urgente do Diretor Executivo do SNS foi aprovado, por unanimidade, registando-se a ausência da IL.

O GPPS solicitou o adiamento da votação do requerimento oral do PSD, porquanto não estava na ordem do dia.

8. Outros Assuntos

O Presidente deu nota dos Deputados inscritos para a visita ao Algarve.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

O Presidente informou que foi recebido um pedido de patrocínio da Assembleia da República para a Conferência «exposição à Canábis na Adolescência e Saúde», a realizar no Auditório António Almeida Santos com a participação da Comissão. A Deputada Susana Correia (PS) deu nota que não foi junto o programa do evento. O Presidente referiu que irá ser solicitado o programa e só após o recebimento é que a Comissão de Saúde estará em condições de deliberar o aludido pedido.

O Presidente informou que baixou à Comissão de Saúde o Projeto de Lei n.º 790/XV/1.ª (PAN) - «Reconhece aos enfermeiros o estatuto de profissão de desgaste rápido e o direito a reforma antecipada, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, e o Código do IRS». Deu nota que, de acordo com as competências das comissões permanentes, definidas na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, de 1 de junho de 2022, e retificadas na CPCP, de 25 de janeiro de 2023, as matérias relacionadas com trabalho e políticas de Segurança Social cabem à Comissão de Trabalho e Segurança Social e Inclusão (CTSSI) – 10.ª Comissão, sendo sobre estas matérias que incide este Projeto de Lei.

O Deputado João Dias (PCP) referiu que considera que todas as matérias relacionadas com profissionais de Saúde são da competência da Comissão de Saúde. A Deputada Susana Correia (PS) lembrou que algumas questões transversais a todas as profissões são da competência da Comissão de Trabalho e Segurança Social e Inclusão e da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

O Presidente aludiu à súmula da CPCP, de 22 de fevereiro de 2023, que serve de interpretação do documento de fixação das competências das comissões parlamentares que refere, apesar das carreiras especiais da Administração Pública serem da competência principal da comissão em que o Ministro daquela área é ouvido e fiscalizado regimentalmente, em conexão com a 13.ª Comissão, as matérias laborais transversais ao setor público e privado são da competência principal da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (10.ª), em conexão com a 13.ª Comissão, quando se justifique, nomeadamente questões de profissões de desgaste rápido.

Assim, será efetuado, ao Presidente da Assembleia da República, um pedido de redistribuição à 10.ª Comissão.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

O Presidente informou que na próxima terça-feira, dia 6 de junho, irá realizar-se uma reunião extraordinária para audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, da Secretária de Estado da Inclusão e da Direção Geral de Saúde, no âmbito da discussão na especialidade do P JL 620/XV/1.ª (L). O Presidente, ainda, deu nota que a reunião ordinária da Comissão de Saúde da próxima semana será realizada a audição da Secretária de Estado da Promoção da Saúde, no âmbito da especialidade do P JL n.º 620/XV/1.ª (L) e a requerimento do PCP «sobre a criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências».

A reunião foi encerrada às 12:32 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o seu registo áudio e vídeo ser consultado neste [link1](#) e [link2](#).

Palácio de São Bento, 31 de maio 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
João Dias (PCP)
Catarina Martins (BE)
Fátima Correia Pinto (PS)
Jorge Botelho (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Patrícia Faro (PS)
Sara Velez (PS)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
João Dias Coelho (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Cláudia Bento (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Cordeiro (IL)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 47/XV/ 1.ª SL